

**PT/AHPGR/PGR/04/004/089**

Parecer do Ajudante do Procurador-Geral da Coroa José Luís Rangel de Quadros sobre a apreensão da escuna espanhola Ninfa Catalana, por tráfico de escravos.

12 de abril de 1845

Marinha

N. 215

Idem em virtude da Portaria do Ministerio da Marinha de 24 de Março de 1845, á cerca da apprehensão da Escuna Hespanhola = Ninfa Catalana = por trafico d'Escravatura.

Senhora

Em presença dos inclusos Officios do Governador da Provincia de S. Thomé, e Principe, digo Em presença dos inclusos Officios N.<sup>os</sup> 222, e 223 do Governador da Provincia de S. Thomé, e Principe, cumpre-me informar se pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1836, e mais Legislação em vigor os Capitães, e outros Individuos das tripulações das Embarcações Estrangeiras, aprehendidas nos portos Portuguezes por motivo de trafico de escravatura são sujeitos a penas; e qual deve ser o procedimento das Authoridades Administrativas com aquelles Capitães, e tripulação, quando suas embarcações são aprehendidas por suspeitas do dito trafico. Em quanto á primeira parte parece que se não pode duvidar da applicação do § 1 artigo 7 do citado Decreto aos interessados nos Navios, Capitaes ou

Mestres, aos Pilotos, e aos carregadores d'elles para se lhes imporem as penas fulminadas de contrabando, isto é pela primeira vez a perda dos objectos aprehendidos, e outro tanto como o seu valor alem do perdimento do transporte, ou dous anos de trabalhos publicos, quando não possam satisfazer a pena pecuniaria, como assim está Legislado no artigo 17 daquelle Decreto, em referencia á Lei vigente o Alvará de 4 de Junho de 1825 § 9, comprehendendo huma, e outra Lei aos Nacionaes, e Estrangeiros; as penas porem em que incorrem os outros individuos, encontrados a bordo das dittas aprehendidas Embarcações, são a do serviço forçado a bordo das de Guerra do Estado sem vencimento, e na classe que se julgar por sentença nos termos do § 2 artigo 19 do mesmo Decreto supra citado, e ás Authoridades Administrativas cumpre mandar faser o processo preparatorio da apreensão com as solemnidades ordenadas nos artigos 349 e seguintes da Novissima Reforma Judiciaria, fazendo prender os transgressores, que não tiverem por onde pagar as penas pecuniarias para sofrerem as corporaes, e aquelles a quem só estas ultimas são impostas, e remetendo-os com aquelle processo ao competente Juizo de Direito nos termos dos artigos 8 e seguintes da outra Lei de 14 de Setembro do anno proximo passado, e que taes são as penas applicaveis, e o comportamento, que deverião ter as Authoridades no caso da apreensão da Escuna Hespanhola de que tractão os indicados, e inclusos Officios, e em que forão encontradas as Cadêas destinadas para aquelle criminoso trafico. Hé o que se me offerece informar á vista da Legislação respectiva, e em cumprimento da Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 24 de Março proximo antecedente, mas Vossa Magestade Mandará o que Fôr servida. Lisboa 12 d'Abril de 1845

O Ajudante do Procurador Geral da Corôa

Jozé Luiz Rangel de Quadros

Pode aceder ao registo arquivístico [aqui](#).